

Este trabalho discute as relações entre deficiência mental, família e cidadania e tem como objetivo compreender as relações primárias e o processo de produção de valores e sentidos que a deficiência visual impacta sobre a família e a influência nas construções da identidade social e dos direitos dos deficientes visuais. Através de uma metodologia que se serve de pesquisa bibliográfica, este estudo busca também destacar e reconhecer a construção da identidade do deficiente visual junto de sua família e verificar a influencia que a família pode exercer sobre a dependência física, econômica e emocional do deficiente visual. Para desenvolver esta pesquisa, estão sendo consideradas proposições de Axel Honneth (2003), que trata da teoria do reconhecimento da dimensão e do domínio das relações de respeito universal e do reconhecimento jurídico que passa a se enquadrar no desenvolvimento do deficiente visual. Segundo o autor, diversas lutas para se obter esse reconhecimento passam por um impulso para o desenvolvimento social, no qual esta força é quase sempre “moral”, havendo obstáculos impostos para o deficiente. O raciocínio do autor sinaliza para o fato de que, se a família amparar o deficiente, talvez seja mais simples o vencimento desses obstáculos serem vencidos e, se todos tivessem isso nos seus valores, não haveria a necessidade da Lei, ou seja, é maior que a Lei, o reconhecimento cultural. No estado atual da pesquisa, já podem se apontados alguns resultados: existe a necessidade de romper com a dependência do deficiente visual para com sua família; é preciso generalizar o respeito, fazendo com que o deficiente se sinta cada vez mais confiante, suprindo suas necessidades no plano social, moral e jurídico e, é urgente, o reconhecimento dos deficientes como sujeito de direito.